

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.653 - SC (2019/0299068-1)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JONAS DE OLIVEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : JONAS DE OLIVEIRA - SC033395
DIEGO ROSSI MORETTI - SC054505
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ARNO CABRAL FILHO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ARNO CABRAL FILHO contra acórdão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (HC n. 4025561-51.2019.8.24.0000).

Segundo consta dos autos, o paciente foi preso em flagrante, no dia 9/8/2019 (prisão convertida em preventiva), pela suposta prática do crime descrito no art. 121, § 2º, I, IV e V, por três vezes, do CPB, porque teria ceifado as vidas de um casal, à pauladas, em razão de uma dívida. Ainda, teria ceifado, do mesmo modo, a vida do filho do casal, a fim de ocultar a prática de um dos crimes (e-STJ fl. 18).

A defesa impetrou *habeas corpus* na Corte estadual, alegando, em síntese, que os argumentos utilizados pelo Juízo singular não são suficientes para justificar a prisão cautelar do paciente, pois ausentes os requisitos legais previstos nos arts. 312 e 313 do CPP, bem como negativa de autoria. O Tribunal de origem, contudo, denegou a ordem nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 55):

HABEAS CORPUS. TRIPLO HOMICÍDIO QUADRUPLAMENTE QUALIFICADO (ART. 121, § 2º, INC. II, III, IV E V E § 4º, IN FINE, TODOS DO CÓDIGO PENAL). NEGATIVA DE AUTORIA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. VIA ELEITA INADEQUADA. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUTIR O ACERVO PROBATÓRIO ATRAVÉS DESTE MANDAMUS, DE RITO CÉLERE E COGNIÇÃO SUMÁRIA. PRECEDENTES. NÃO CONHECIMENTO NO PONTO. DECRETO PREVENTIVO COM FUNDAMENTO NA

Superior Tribunal de Justiça

GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. HIPÓTESES DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, DEVIDAMENTE RESPEITADAS. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO EVIDENCIADA PELAS CIRCUNSTÂNCIAS EM QUE OCORREU O CRIME. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. PACIENTE QUE, EM TESE, CEIFOU A VÍTIMA DE TRÊS INTEGRANTES DA MESMA FAMÍLIA, SENDO UM DELES INFANTE DE TENRA IDADE, SUPOSTAMENTE A FIM DE EVITAR PAGAMENTO DE VALORES DEVIDOS A UMA DAS VÍTIMAS. PERICULOSIDADE ACENTUADA. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. PRECEDENTES. SEGREGAÇÃO MANTIDA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA EXTENSÃO, DENEGADA.

Nas razões do presente *writ*, a defesa afirma que o paciente possui 45 anos de idade, jamais se envolveu em qualquer crime, sempre residiu no distrito da culpa, possui esposa e duas filhas, para justificar a ausência do *periculum libertatis*. Alega, ademais, que a gravidade do crime, por si só, não deve servir como único fundamento para manter o paciente encarcerado.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a prisão domiciliar com monitoramento eletrônico. Ainda, pede a intimação pessoal, a fim de realizar sustentação oral.

É o relatório, **decido**.

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Em um juízo de cognição sumária, **não visualizo** manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

No caso, ao que parece, o Tribunal entendeu haver elementos

Superior Tribunal de Justiça

suficientes para a segregação cautelar, motivo pelo qual denegou a ordem, como se verifica do trecho a seguir (e-STJ fl. 93, grifei):

(...)

Como se observa, a segregação cautelar do paciente levou em consideração a gravidade concreta da conduta noticiada, notadamente o modus operandi, em tese, empregado pelo paciente - consistente no cruel uso de instrumento contundente para ceifar a vida das vítimas, todas da mesma família, contando uma delas com apenas 8 anos de idade.

Com efeito, observa-se que o contexto fático que se apresentava quando da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente permanece inalterado, não trazendo a defesa elementos que contribuam para a soltura do mesmo neste momento de conhecimento perfunctório. (...)

Com efeito, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal considera que a gravidade concreta dos fatos constitui fundamento idôneo da custódia cautelar para a garantia da ordem pública. (RHC n. 120051, Relator Ministro ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 27/5/2014, Publicado em 16/6/2014).

Assim, não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para se aferir a existência de constrangimento ilegal, valendo ressaltar que o pedido liminar se confunde com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus* pelo colegiado da Quinta Turma.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator